

XLVII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Díli, 14 e 15 de março de 2024

Relatório Final ¹

1. Visitas de monitorização a Atividades apoiadas pelo Fundo Especial

Em conformidade com as recomendações da XLVII RPFC e em articulação com a Direção Nacional para os Assuntos da CPLP de Timor-Leste, foram realizadas visitas de monitorização pelos Pontos Focais de Cooperação da CPLP (PFC) a três entidades timorenses que acompanham atividades e setores de relevo para a cooperação da CPLP:

- Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste (INSP TL), que acompanha as atividades do PECS-CPLP, nomeadamente da Rede de Institutos Nacionais de Saúde da CPLP (RINSP-CPLP);
- Laboratório de Engenharia Civil (LEC TL), que acompanha a atividade “Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2019/2020 para apoio à boa governação e construção sustentável”;
- Representantes de Associações de Pessoas com Deficiência, que acompanhou a execução da atividade “Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência”.

2. Abertura

As saudações de boas-vindas e abertura dos trabalhos foi feita pelo Diretor Geral dos Assuntos Multilaterais de Timor-Leste, Leoneto Mantilo, que destacou a presença do Secretário Executivo da CPLP e da sua equipa, bem como dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) dos Estados-Membros presentes. Salientou a importância do seminário dirigido aos Pontos Focais Setoriais de Timor-Leste para a CPLP, que permitira identificar dificuldades e oportunidades que seriam endereçadas à Direção Nacional para os Assuntos da CPLP.

O Secretário Executivo da CPLP, Zacarias Albano da Costa, dirigiu também breves palavras aos Pontos Focais de Cooperação, fazendo votos de trabalhos produtivos e que permitissem avanços na agenda de cooperação da CPLP.

¹ Aprovado em 10 de maio de 2024.

A Coordenadora da Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC), Abigail Tiny, Ponto Focal de Cooperação de São Tomé e Príncipe (PFC STP), agradeceu a preparação da Reunião e a presença dos PFC presentes e realçou a importância do Pilar de Cooperação e da RPFC para a CPLP e para a presidência santomense da CPLP.

As intervenções proferidas durante a Mesa de Abertura podem ser consultadas em: <https://secretariadoexecutivo.cplp.org/informacoes/noticias/noticias-detalle/?id=20646>

3. Aprovação da Agenda de Trabalhos

Após a abertura, o Diretor de Cooperação (DC) solicitou a palavra para informar que as presenças na XLVII RPFC não permitiam que a mesma se realizasse, dada a ausência de quórum, pois apenas se encontravam presentes os PFC do Brasil, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste.

A Coordenadora da Reunião agradeceu as condições criadas por Timor-Leste para acolher a reunião e lamentou a ausência de delegações dos demais Estados-Membros, no que foi secundada por todos os PFC presentes. Consideraram que se tratava de algo grave e que deveria merecer a atenção dos órgãos da Comunidade, sugerindo que o assunto pudesse ser levado ao Comité de Concertação Permanente (CCP).

Em seguida foram debatidas alternativas sobre como proceder, tendo sido consideradas as hipóteses de realizar a reunião de forma não formal, sem deliberações ou de procurar obter quórum por via da participação virtual de representantes dos Estados-Membros. Esta última hipótese acabou por prevalecer, tendo a Reunião sido aberta à participação virtual, o que possibilitou o acompanhamento dos trabalhos por representantes de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Guiné-Equatorial, ficando assim constituído o quórum necessário para a adoção de deliberações. (Lista de Presenças – ANEXO 1).

Com a questão do quórum resolvida, a Coordenadora da Reunião (CR PFC STP) deu seguimento aos trabalhos e passou-se para a análise da agenda da XLVII RPFC. A Ponto Focal do Brasil (PFC BR) sugeriu a junção dos pontos 8.8 e 8.9, respetivamente “Fundo de cooperação triangular Portugal-América Latina-África (Portugal) e “I Convocatória para Projetos e Iniciativas de Cooperação Triangular entre a Ibero-américa e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”, proposta que foi acolhida pela RPFC. Com essa alteração a Agenda da Reunião foi aprovada (ANEXO 2).

4. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP e de outros temas de cooperação

4.1 Seguimento das deliberações da XLVI RPFC

A CR PFC STP convidou o DC a recordar as deliberações da XLVI RPFC, passando em revista as mesmas. Este observou que, em relação ao Quadro Bienal de Cooperação (QBC), não fora possível apresentar uma versão revista do QBC em função da chamada regular da Direção de Cooperação da CPLP (DIRCOOP) para participar em várias atividades da complexa agenda da CPLP não diretamente vinculadas a assuntos com origem nas deliberações da RPFC e da ausência de meios no Secretariado Executivo da CPLP, nomeadamente no que diz respeito à redução dos quadros da DIRCOOP. Notou que o documento se encontrava em fase de conclusão e que deveria ser circulado eletronicamente logo que disponível. Informou que, como alternativa

à atualização do QBC, a DIRCOOP havia investido no processo de atualização do Manual de Cooperação e dos seus anexos, o que havia representado um trabalho considerável e que estava concluído, representando uma mais-valia para todos os que, no âmbito das suas atividades, se relacionassem com a CPLP. Lembrou, também, que uma edição da versão revista desse documento havia sido patrocinada por Timor-Leste e já utilizada no Seminário como os Pontos Focais Setoriais Nacionais. Concluiu, informando que era ideia da DIRCOOP disponibilizar exemplares desta versão revista durante a XLVIII RPFC, a realizar em S. Tomé, em julho de 2024.

A Ponto Focal de Cooperação de Portugal (PFC PT) referiu-se ao ponto sobre o “Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência”, observando que o mesmo já se arrastava há algum tempo e que não aparentava ser uma prioridade. Nesse sentido, sugeriu que o tema pudesse ser deixado para um momento futuro.

A PFC BR referiu que se tratava de uma matéria relevante e que deveria ser mantida na agenda, dado que mandato da RPFC, para elaboração do referido documento havia sido conferido pela “Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência”, aprovada na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (ROCM), de 9 de dezembro de 2020.

Este entendimento colheu consenso e a RPFC decidiu que o tema permaneceria na agenda para as próximas reuniões.

A PFC BR referiu-se ainda à questão dos recursos humanos do Secretariado Executivo, situação que representava um motivo de preocupação. Indicou que a falta de recursos humanos não permitia um trabalho em quantidade e em qualidade e disse esperar que o novo redimensionamento do Secretariado Executivo pudesse dotar esse órgão de quadros em qualidade e quantidade suficiente para as tarefas que lhe incumbiam. Ressalvou a qualidade do trabalho do Secretariado Executivo nas circunstâncias adversas verificadas.

4.2 Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP (dezembro de 2023)

O DC apresentou o quadro disponibilizado pela DAF. Destacou que haviam sido executados 912 mil euros de recursos em 2023 correspondendo a uma execução acima dos 85%.

4.3 Relatório das Atividades do Quadro Bienal de Cooperação (QBC) 2023-2025

Na apresentação do QBC, o DC passou em revista as atividades que se encontravam em curso e destacou, no setor do Ambiente, o “Observatório do Clima” e a “Rede das Reservas da Biosferas da UNESCO na CPLP”, salientando o potencial de alargamento desta iniciativa a Timor-Leste, com a inclusão Parque Nacional Nino Konis Santana. Ainda no setor do Ambiente, aludiu às diferentes edições do Congresso de Educação Ambiental, indicando que se tratava da iniciativa da CPLP que congregava um maior número de participantes da sociedade civil e que existiam alguns recursos por executar do VII Congresso, realizado em Maputo, em 2023, que poderiam apoiar a organização da próxima edição.

Seguidamente referiu a realização da Conferência alusiva aos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada na Sede da CPLP, no dia 5 de dezembro de 2023, indicando que prosseguiam com bom ritmo os contactos com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e que se augurava boa continuidade a este temática, reforçada com o mandato da última Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que decidira criar uma

Rede de Pontos Focais para a área de Direitos Humanos na CPLP, sendo que 6 Estados já haviam procedido à sua indicação e que seria brevemente convocada uma primeira reunião da Rede.

Avançou para a temática dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, informando sobre a realização de um encontro em Genebra, com o Ministro dos Direitos Humanos do Brasil, onde fora identificada a disponibilidade para retomar o assunto no espaço da CPLP, lembrando que, da atividade que havia sido promovida pelo Ministério de Direitos Humanos do Brasil, ainda existiam montantes disponíveis no Fundo Especial para aplicação.

Explicou, também, que a atividade “Plano de Ética no Desporto” iniciara já a sua execução e que a primeira missão de capacitação iria ter lugar em abril de 2024, na Cidade da Praia.

No que respeitava à atividade de formação e capacitação no setor da “Capoeira”, cuja execução estaria prevista para ser retomada na Guiné-Bissau, indicou que prosseguiam contactos ao nível da UNILAB com entidades guineenses.

Fez, ainda, referência a atividades no âmbito do CONSAN-CPLP e a atividades de formação e capacitação noutras áreas de cooperação da CPLP, designadamente no setor do Turismo.

Por último informou que, apesar de não ter destacado individualmente todas as atividades listadas no QBC, estas se mantêm ativas e que serão reportadas sobre o grau de execução técnica e/ou financeira sempre que tal o justifique.

A PFC PT salientou a boa concretização das atividades do QBC, indicando que 85% de execução representava uma percentagem expressiva. Abordou em seguida os dois projetos referidos no setor do ambiente, afirmando a sua satisfação com o início de atividade “Observatório do clima”. Referiu, ainda, o seu parecer muito positivo às visitas a /instituições/ atividades realizadas no âmbito da RPEC em São Tomé, em 2023, e Díli, em 2024, que haviam possibilitado uma melhor apreciação e ligação ao trabalho que decorre no terreno com o apoio da CPLP.

A PFC BR usou da palavra para informar, quanto à atividade “RIPES”, desenvolvida pela UNILAB, que as dificuldades operacionais para continuidade da administração dos recursos financeiros do projeto haviam sido ultrapassadas por ocasião de missão da ABC e da UNILAB ao SECPLP, na semana de 19 a 23 de fevereiro de 2024. Informou que a missão incluía visitas a instituições do ensino superior em Portugal, com intuito de discutir estratégias de comunicação e de difusão científica, a transferência de tecnologias de ensino à distância, a troca de conhecimento sobre processos de internacionalização entre as universidades, tendo como norte a mobilidade internacional e a internacionalização de currículos. Acrescentou que haviam sido realizadas reuniões com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), com o Instituto Politécnico de Lisboa, com a Universidade Aberta de Lisboa, com a Universidade de Coimbra e com a Universidade de Aveiro.

Complementou com informações relativas à atividade “Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP”, para informar que se previa realizar, no período de 8 a 10 de maio de 2024, uma oficina em Brasília, para conclusão de maneira coletiva do plano de formação em matéria de recursos hídricos da CPLP.

4.4 Apuramento de recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP

O DC apresentou um quadro preparado pelo Diretor de Administração e Finanças, fazendo um resumo do mesmo (Anexo 3). Informou que, a partir dos limites de consignação, haviam sido apurados um total de 1.902,09€, relativos a 2022, e de 32.048,35€, relativos a 2023, a que se acresciam 762,49€, relativos a juros.

Os PFC decidiram que os recursos remanescentes dos projetos de “Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe” e do “VII Congresso de Educação

Ambiental da CPLP”, deveriam permanecer disponíveis no respetivo centro de custos para aplicação em momento oportuno.

Com base nos recursos disponíveis no Fundo Especial no final de 2023, a XLVII RPFC apurou um total de recursos livres disponíveis para alocação a novas atividades no valor de 34.712,93€.

Esses recursos permaneceram disponíveis para aplicação pelo Fundo Especial, dado que não foram alocados para novas atividades.

4.5 Apresentação do Relatório de Atividades da Direção de Cooperação de 2023 e do Plano de Atividades da Direção de Cooperação para 2024

O DC informou que, pelo facto de serem documentos que apresentavam informação relevante sobre o pilar de cooperação da CPLP e que iam além de deliberações da RPFC, se fez questão de serem circulados para conhecimento dos PFC. Notou, porém, com preocupação, que, por conta da atual ausência de quadros no Secretariado Executivo, nomeadamente na Direção de Cooperação, cujas condições existentes àquela data descreveu, o planeamento das atividades para o ano de 2024 se encontrava comprometido.

A PFC PT constatou, com preocupação, a forma como era feita a gestão dos recursos humanos disponíveis. Avaliou que várias temáticas iriam ficar prejudicadas, lamentando em particular o impacto nos trabalhos do setor da igualdade de género e empoderamento da mulher, que considerou prioritária e transversal, tal como previsto no Documento Estratégico de Cooperação da CPLP 2022-2026 (DEC-22-26).

Recordou a esse propósito o trabalho conjunto do SECPLP, particularmente da DIRCOOP, com a Secretaria-Geral Iberoamericana (SEGIB) no quadro da tradução da publicação do curso “Yo sé de género” e respetiva adaptação ao contexto africano que estava em curso. A este propósito acrescentou que Portugal valorizava a CPLP como organização internacional e enalteceu triangulação que vinha sendo desenvolvida com a SEGIB. Mencionou, também, a oportunidade que se poderia perder de registar avanços na CPLP no domínio da Educação para o Desenvolvimento, reconhecendo o trabalho da DIRCOOP na articulação mantida com a equipa da Global Education Network Europe (GENE) e outros parceiros.

Por fim, congratulou-se com os objetivos estabelecidos no Plano de Atividades da DIRCOOP para 2024 e fez votos de que fosse possível resolver os problemas de recursos humanos verificados no SECPLP.

A PFC BR destacou positivamente o trabalho da DIRCOOP e manifestou o apoio do Brasil para as ações que viriam a ser desenvolvidas, observado que algumas iniciativas poderiam beneficiar de financiamento direto pelo Brasil, como por exemplo a Reunião de Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa (RIPAJ) e a Rede operada pelos Provedores de Justiça na área dos direitos humanos.

5. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação

5.1 Novas Propostas de Atividade

5.1.1 Projeto Campanha “Juntos contra a Fome!” – Superar a Sobrevivência, Moçambique

O DC recuperou o processo de eleição dos projetos da Campanha “Juntos contra a Fome!” e referiu que a atividade que estava a ser apresentada era a oitava na lista de classificação,

seguindo a ordem aprovada. Indicou que, face ao lapso de tempo entre a aprovação da iniciativa e a previsível execução do projeto, seria necessária uma readaptação do mesmo, pelo que se contactaria com a entidade executora a esse propósito.

A PFC PT informou que o Conselho Diretivo deliberara no sentido do apoio à atividade, no valor total do orçamento solicitado, para o qual se deveriam mobilizar as verbas disponíveis no Fundo Especial colocadas por Portugal-Camões.

O Ponto Focal de Cooperação de Moçambique (PFC MOÇ) destacou a relevância da atividade por abordar um dos grandes desafios para Moçambique: a segurança alimentar e nutricional. Agradeceu a iniciativa e a disponibilidade para a financiar, dizendo que a mesma teria um impacto grande na estabilidade das famílias abrangidas e iria contribuir para a área da educação, pois muitas crianças por não terem alimentação adequada não conseguiam ir à escola em Moçambique.

5.2 Apresentação de propostas revistas conforme deliberações da XLVI RPFC

5.2.1 Meninos de rua: Inclusão e Inserção (5.ª fase)

O DC apresentou em linhas gerais a proposta, recordando que a mesma já havia sido alvo de deliberação pela RPFC anterior, salientando as alterações introduzidas pela entidade executora, em conformidade com o solicitado pelos PFC.

A PFC BR cumprimentou a entidade proponente pelas adequações inseridas na atividade e que iam ao encontro das observações manifestadas pelos PFC. Considerou que a proposta apresentada era mais sustentável e que havia reforçado um tema caro ao Brasil: a construção de políticas que promovessem os direitos das crianças e dos adolescentes.

Nesse sentido, informou que tinha mantido diálogo com o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania e que o mesmo se manifestara disponível para acompanhar a iniciativa e compartilhar a experiência brasileira na formulação de programas e políticas públicas endereçada ao grupo populacional beneficiário do projeto.

Indicou que a ABC estaria disponível para participar no financiamento da atividade, por via de execução direta dos montantes previstos na rubrica orçamental “2. Deslocações”, no valor máximo de €50.000,00.

A PFC PT usou da palavra para informar que o Conselho Diretivo deliberara sobre o financiamento da atividade. Assim, Portugal estaria disponível para financiar a atividade no valor máximo de €50.000,00, com origem nos montantes disponíveis no Fundo Especial, sob reserva de consignação de Portugal/Camões.

5.2.2 C-Ciência: um programa estratégico de cooperação multilateral na CPLP para a educação e ciência

A PFC BR indicou que não tinha tido oportunidade de apreciar em tempo a versão revista e que, como tal, se iria abster de tomar uma decisão sobre a atividade.

A PFC PT lamentou a não presença do Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa, e considerou que, de acordo com o estabelecido no Regimento do Fundo Especial, a análise de atividades com esta tipologia não era competência da RPFC e que deveria ser considerada pelo Comité de Concertação Permanente (CCP). Alertou que a versão revista não teria sido

disponibilizada em tempo útil para deliberação na presente reunião, embora tivesse sido solicitada. Notou, contudo, que como o Camões cobria também aquela área, havia sido feito um esforço para avaliar a atividade e reportou que os colegas da área haviam visto mérito na iniciativa e com potencial de impacto na comunidade escolar. Tal como a PFC BR, também se absteve de um pronunciamento de decisão sobre a atividade.

A XLVII RPFC decidiu não deliberar sobre a atividade “C-Ciência: um programa estratégico de cooperação multilateral na CPLP para a educação e ciência”, indicando que, tratando-se de uma atividade assinalada como de tipologia “Político-diplomática e/ou de promoção da Língua Portuguesa” e, conforme previsto no Regimento do Fundo Especial, deveria a mesma ser remetida para apreciação do CCP.

5.3 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC

Por solicitação da CR-PFC STP, o DC lembrou as “Categorias de decisão para Deliberação sobre Propostas de Atividade.

Foram apreciadas as novas atividades propostas para inclusão no QBC, tendo a XLVII RPFC deliberado o seguinte:

- Inclusão no QBC da atividade Campanha “Juntos contra a Fome!” – Superar a Sobrevivência, Moçambique, tendo aprovado técnica e financeiramente a atividade. O financiamento do valor de €34.780,00, será feito com recurso aos valores disponíveis no Fundo Especial, sob reserva de consignação de Portugal/Camões.

- Inclusão no QBC da atividade “Meninos de rua: Inclusão e Inserção (5.ª fase)”, tendo aprovado técnica e financeiramente a atividade. Para o financiamento da mesma o Brasil indicou que apoiaria, por via de execução direta dos montantes previstos na rubrica orçamental “2. Deslocações”, no valor máximo de €50.000,00; e Portugal afirmou que financiaria a atividade no valor máximo de €50.000,00, com origem nos montantes disponíveis no Fundo Especial, sob reserva de consignação de Portugal/Camões. Atendendo a que o orçamento apresentado pela entidade executora superava ligeiramente a soma das disponibilidades manifestadas, a RPFC solicitou que a entidade executora pudesse rever o orçamento da atividade para se ajustar ao total de €100.000,00, apurados pela XLVII RPFC

A Grelha de Deliberações aprovada consta no Anexo 5.

6. Apresentações pelos Secretariados Técnicos Permanentes das Reuniões Ministeriais Setoriais

Neste ponto procedeu-se à apresentação de dois vídeos gravados pelo Secretário-Geral Adjunto da Conferência de Ministros da Justiça da CPLP, José Arsénio, e pelo Secretário-Geral da Conferência dos Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, Vítor Pataco, que apresentaram as principais atividades e identificaram os principais desafios nas respetivas áreas.

7. Enquadramento estratégico da cooperação da CPLP

7.1 Informações sobre as visitas de monitorização a Atividades apoiadas pelo Fundo Especial

O DC fez um breve relato sobre as visitas realizadas às entidades timorenses visitadas e listadas no ponto 1 deste Relatório.

Deixou um apelo à RPFC, tendo em consideração a troca de informações com os representantes das instituições, de que não se defraudassem expectativas e que, na medida das disponibilidades, se encontrassem meios para apoiar as instituições visitadas, eventualmente por via da consignação para o Fundo Especial de recursos para esse fim ou mesmo por via da cooperação bilateral dos Estados-Membros.

Notou que no caso do INSP TL, os recursos existentes eram muito limitados e que o planeamento e perspetivas apresentadas, considerando a importância da função desempenhada por esta estrutura para o setor da saúde pública em Timor-Leste eram merecedoras de atenção. No que respeitava ao LEC TL, mencionou que a atividade “Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2019/2020 para apoio à boa governação e construção sustentável” ainda dispunha de recursos e o apoio a Timor-Leste deveria ser essencial, pelo que disse o SECPLP faria a interação com a entidade executora para assegurar o respetivo acompanhamento.

Quanto à associação de pessoas com deficiência, recordou que existiam recursos disponíveis e que havia sido confirmada ao mais alto nível pelo Brasil, uma maior disponibilidade para apoiar esta temática e, assim, haveria uma expectativa que no ciclo seguinte existissem mais recursos alocados para intervenções neste âmbito.

7.2 Informações sobre o “Seminário sobre a Cooperação da CPLP” para os Pontos Focais Nacionais Setoriais

O PFC TL apresentou brevemente as conclusões do Seminário, destacando a oportunidade que os pontos focais setoriais tiveram de beneficiar de uma aprendizagem e capacitação sobre a cooperação na CPLP, de forma participativa e dinâmica. Disse que o Seminário permitiria reforçar a concertação interna entre os pontos focais e também na articulação com os parceiros da CPLP, incrementando, assim a cooperação multilateral de Timor-Leste. Indicou, ainda que o exercício realizado era apenas o princípio de um longo caminho que iria tornar o papel de Timor-Leste mais forte e com mais possibilidades de se desenvolver.

7.3 Definição do Estado-Membro a monitorizar em 2025 (primeira RPFC de 2025)

A XLVII RPFC entendeu adiar a definição do Estado-Membro a monitorizar em 2025, aquando da primeira RPFC desse ano, para a XLVIII RPFC, a realizar em julho de 2024, em S. Tomé.

7.4 Calendário e modelo das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP

O DC apresentou o calendário de programação das Reuniões Ministeriais Setoriais previstas para o ciclo da Presidência de São Tomé e Príncipe. Observou que já se haviam tido em conta as recomendações da última Conferência de Chefes de Estado e de Governo, onde se aprovava um calendário indicativo para as Reuniões Ministeriais Setoriais que permitia uma programação bianual do conjunto dessas reuniões.

A CR PFC STP complementou algumas das informações prestadas e que permitiram uma maior previsibilidade sobre as datas e locais das Reuniões. Esclareceu que as datas de reuniões ali apresentadas resultavam de uma concertação mantida com os setores nacionais competentes.

7.5 Revisão do Manual de Cooperação da CPLP

O DC recordou a informação apresentada num ponto anterior da reunião e registou que a versão revista do Manual para o calendário da presente RPFC e gentilmente imprimida por Timor-Leste, seria alvo de uma outra leitura, visando a produção de um novo conjunto de exemplares cuja distribuição se previa para o espaço da XLVIII RPFC, a realizar em S. Tomé, em julho de 2024.

8. Informações e outros assuntos

8.1 Encontro da Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO na CPLP, Ilha do Fogo, Cabo Verde, 11 a 15 de março de 2024

O DC informou que a atividade estava a decorrer concomitantemente à XLVII RPFC e que as conclusões do encontro seriam reportadas à RPFC pelas vias habituais.

8.2 Proposta de Atividade revista “Brochuras da CPLP”

O Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa (DACLP) informou que se tratava de uma atividade que continuava sob a liderança do Ministério da Educação de Angola. Indicou que estava em revisão, procurando pontos de convergência para poder ser retomado.

8.3 Proposta de Atividade revista “Projeto de Educação em Situação de Emergência na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. BIE e CPLP, 2023-2024”

O DACLP informou que esta proposta se encontrava em revisão e que se verifica a possibilidade de uma triangulação, para incluir a UNESCO, beneficiando da intervenção de especialistas ligados a esse organismo. Avançou que em breve seria apresentada uma proposta revista.

8.4 Nova proposta de Atividade “Lusofonia em Timor-Leste” – Entidade executora: Diligente

A entidade Diligente fez uma apresentação desta proposta de nova atividade que visava promover a língua portuguesa e a atividade da CPLP em Timor-Leste através da juventude e do jornalismo digital. A apresentação encontra-se em anexo (Anexo 4)

8.5 Nova proposta de Atividade “VIII Congresso de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, Manaus, Brasil, julho de 2025”

O DC informou que era intenção do SECPLP apresentar à próxima RPFC uma nova proposta de atividade para financiamento da VIII Edição do Congresso. E, nesse sentido, recordou a recomendação feita de que pudessem ser aplicados os recursos remanescentes da VII Congresso para esta nova edição.

Em seguida a PFC BR solicitou a projeção de dois vídeos com apresentações e depoimentos sobre a preparação do VIII Congresso de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Estas apresentações foram feitas por Marcos Sorrentino, Diretor do Departamento de Educação Ambiental (DEA) e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil (MMA), e Dandara Sebastião, do Departamento de Educação Ambiental do MMA.

8.6 Nova proposta de Atividade “Inventário de Arquitetura do Século XX nos Países e Territórios Lusófonos” - Entidade executora: Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALP)

O DACLP fez uma apresentação sobre a proposta de atividade “Inventário de Arquitetura do Século XX nos Países e Territórios Lusófonos” e informou que existia uma expectativa de que a mesma fosse trazida à próxima RPFC.

8.7 Nova Proposta de atividade no setor do Género - ponto de situação (Portugal)

A PFC PT apresentou a atividade, explicando que a mesma operava através de uma triangulação da cooperação entre CPLP e SEGIB, com cofinanciamento de Portugal. Observou que fora desse modo que se proporcionara a tradução do curso em formato virtual da ONU Mulheres “Yó sé de género”, que já se encontrava totalmente financiado e que havia contado com a intervenção técnica da DIRCOOP, na sua tradução para português e adaptação ao contexto africano dos países de língua portuguesa. Acrescentou ainda que a SEGIB estava em articulações com a ONU Mulheres para construção de uma ferramenta net e que a abertura do curso se encontrava prevista para novembro de 2024. Aditou que oportunamente seria circulado um convite para o curso.

8.8 Fundo de cooperação triangular Portugal-América Latina-África (Portugal) e I Convocatória para Projetos e Iniciativas de Cooperação Triangular entre a Ibero-américa e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Brasil)

A PFC PT indicou que se tratava de uma atividade de triangulação, para constituição de um fundo, com dotação de 1 milhão euros. Informou que Portugal já efetuara uma transferência para a SEGIB. Explicou que o Fundo era administrado pela SEGIB, que se encarregava da seleção das candidaturas e que este iria permitir o financiamento de projetos com parceiros privilegiados. Informou que Portugal fazia parte da comissão de financiamento e que acompanharia a execução dos projetos selecionados, mas que não fazia parte da comissão de seleção. Acrescentou que já havia sido elaborado um guia de perguntas mais frequentes, que se encontrava disponível no sítio da SEGIB e do Camões.

8.9 1ª Reunião sobre Preparação, Vigilância e Resposta às Emergências em Saúde Pública da CPLP (Brasil)

A PFC BR relatou que a Reunião de Preparação para Emergências em Saúde Pública fora realizada na sede da CPLP, no período de 21 e 23 de novembro de 2023, com o objetivo de identificar oportunidades e temas com vista ao aprimoramento da capacidade de preparação e resposta conjunta dos Estados-Membros da CPLP diante de emergências em saúde pública, por

meio de partilha de conhecimento, intercâmbio de práticas bem-sucedidas e a formulação de estratégias para otimização dos recursos disponíveis. Observou que esse esforço iria contribuir para a implementação do PECS-CPLP. Disse ainda que iria ser proposta a realização de um evento virtual, para aprimoramento do plano de cooperação, e conformação das atividades de cooperação futuras.

8.10 II Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP (Brasil)

A PFC BR informou que havia sido realizado em Luanda, no período de 22 a 24 de novembro de 2023, o II Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP, com o tema “Promoção e Desenvolvimento dos Pequenos Negócios e do Empreendedorismo”. Disse que o encontro, realizado com apoio da ABC, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) de Angola, tivera como objetivo avaliar as recomendações oriundas do primeiro Diálogo realizado em Lisboa, em 2022, e definir estratégias e ações para a melhoria do ambiente de negócios dos Estados-Membros da CPLP, bem como prioridades de cooperação no âmbito da CPLP. Afirmou que essas ações contribuiriam para o cumprimento da Agenda Estratégica para Consolidação da Cooperação Econômica na CPLP 2022-2027. Informou também que a terceira edição do Diálogo seria realizada no Brasil, em data a ser definida.

8.11 Ponto de situação sobre a implementação do Plano de Trabalho da ESAN-CPLP 2023-2025, Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) - 2023-2027 e Plano de Ação de Ambiente da CPLP 2023-2025 (SECPLP)

O DC fez um ponto de situação sobre os três Planos Estratégicos. Em sumário realçou que:

- Na ESAN-CPLP se destacava a realização recente de uma reunião de coordenação com o Brasil, no início março de 2024, para avaliar a possibilidade de avanço em algumas áreas, notando que seria ainda necessário esperar até abril de 2024 para uma reação do lado da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil;
- No PECS-CPLP se deveria salientar o trabalho da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP), nomeadamente no contexto da Missão realizada a São Tomé e Príncipe em janeiro de 2024, bem como a projeção do apoio para a capacitação do INSP de Timor-Leste. Destacou ainda o eixo 5 do PECS-CPLP e a questão da bioética, relatando que havia sido celebrado um Memorando de Entendimento entre a CPLP e o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) de Portugal que coordenava a “Plataforma Lusófona para a Bioética”. Disse ainda que estava prevista a retoma do trabalho da Rede das Escolas Nacionais de Saúde Pública (RENSP), havendo uma proposta para a realização de uma nova reunião técnica, que seria a segunda e que se esperava realizar em Maputo.
- Quanto ao PECA-CPLP, falou sobre a realização do II Encontro da Rede das Biosferas da UNESCO na CPLP e sobre o Observatório do Clima da CPLP, duas atividades que estavam em curso com o apoio do Fundo Especial e com bons resultados, destacando ainda os avanços realizados nas articulações entre os Estados-Membros quanto a concertações nos fora internacionais, bem como na temática da educação ambiental, através da realização do VII Congresso, em Maputo, com uma participação muito elevada da sociedade civil.

- Reportou ainda dificuldades em reunir os pontos focais da CPLP para os Assuntos do Mar e a ausência de resposta dos mesmos, o que justificava o grau de execução praticamente nulo dessa setorial.

8.12 Exercício de identificação de prioridades de capacitação para o fortalecimento das capacidades dos Estados-Membros para a definição de precedências para a interação com parceiros externos, para a elaboração de projetos e para a coordenação e supervisão de programas de cooperação para o desenvolvimento (Brasil)

A PFC BR indicou que iria ser circulado um roteiro para os Estados-Membros identificarem prioridades para, em articulação com SECPLP, compor um programa de formação. Disse que este exercício surgia em resposta a demandas de Estados-Membros, em especial da Angola, e que o Brasil se dispôs a realizar uma nova edição de ações de formação em gestão da cooperação internacional para o desenvolvimento. Para esse efeito, notou, deveria ser proposto um exercício de identificação de prioridades de capacitação para o fortalecimento das capacidades dos Estados-Membros para a definição de precedências para a interação com parceiros externos, para a elaboração de projetos e para a coordenação e supervisão de programas de cooperação para o desenvolvimento. Para esse efeito adiantou que seria circulado um questionário para auxiliar a definição das necessidades e prioridades de capacitação, a ser enviado, caso os Pontos Focais de Cooperação considerassem a iniciativa pertinente.

8.13 Memorando de Entendimento entre o Mercosul e a CPLP (Brasil)

A PFC BR informou que fora assinado um Memorando de Entendimento entre o Mercosul e a CPLP, em dezembro de 2023, que tinha como objetivo estabelecer áreas e mecanismos de cooperação técnica internacional entre os dois blocos regionais para o desenvolvimento de futuras ações e/ou projetos de cooperação técnica em benefício dos Estados-Membros de ambas as organizações internacionais, em temas relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável, da proteção aos direitos humanos, da promoção das línguas portuguesa e espanhola, do intercâmbio de conhecimentos em inovação, da modernização e o fortalecimento da gestão pública e em temas relacionados à juventude.

8.14 Memorando de Entendimento entre o AISS e a CPLP (SECPLP)

O DC informou que no dia 26 de março se previa a deslocação ao SECPLP do Secretário-Geral da Associação Internacional de Segurança Social (AISS), Marcelo Caetano, para assinatura de um MdE entre as duas organizações, que iria permitir consolidar a cooperação iniciada em 2018.

9. Encerramento dos Trabalhos

A Coordenadora agradeceu aos PFC pela participação ativa nos trabalhos e ao DIRCOOP pela preparação da documentação e disponibilidade, destacando os resultados profícuos da XLVII RPFC. Enfatizou que contaria com a colaboração de todos para que os trabalhos futuros decorressem com a mesma colaboração e diálogo, fazendo votos de que se mantivesse a dinâmica da RPFC como base do trabalho futuro da CPLP.

Não havendo nada mais a declarar, deu-se por encerrada a Reunião.

Lista de Anexos:

1. Lista de Participantes
2. Agenda da XLVII RPFC - versão final
3. Relatório de Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP
4. Apresentação da Atividade "Lusofonia em Timor-Leste"
5. Grelha de Deliberações da XLVII RPFC

Anexo 1

XLVII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Díli, 14 e 15 de março de 2024

LISTA DE PARTICIPANTES

- **BRASIL**
 - Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP (CGCPLP) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores
 - Paulo Marques, Analista de Cooperação Internacional da ABC, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
 - Alda Alves da Silva, Assessora Técnica, ABC

- **CABO VERDE**
 - Filomena Auxiliadora Lopes, Técnica Superior, Embaixada de Cabo Verde em Portugal

- **GUINÉ-BISSAU**
 - Mariama Pinto, Conselheira, Embaixada da República da Guiné-Bissau em Portugal

- **GUINÉ EQUATORIAL**
 - Regina Martins, Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP

- **MOÇAMBIQUE)**
 - Inácio Muzime, Chefe de Departamento de Política Internacional e Desk Officer para a CPLP (DOIC/MNEC)

- **PORTUGAL**
 - Ana Rita Castro, Ponto Focal Adjunto de Cooperação, Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP

- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 - Abigail Tiny Cosme, Ponto Focal de Cooperação, Diretora do Gabinete de Apoio à Presidência da CPLP / MNECC, Coordenadora da RPFC

- **TIMOR-LESTE**
 - Aviano Faria, Diretor Nacional para a CPLP e Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC)
 - Gizela Jedlaf Tavares, Consultora político-diplomática
 - Andreia Pires, Técnica Superior, Missão Permanente de Timor-Leste junto da CPLP

- **Secretariado Executivo da CPLP**
 - Zacarias Albano da Costa, Secretário Executivo da CPLP
 - Manuel Clarote Lapão, Diretor de Cooperação
 - João Boaventura Ima-Panzo, Diretor de Ação Cultural e Língua Portuguesa
 - Ivan da Cunha Njinga, Diretor Destacado da Direção de Assuntos Económicos e Empresariais
 - Mário Mendão, Assessoria Jurídica
 - Philip Baverstock, Técnico Superior na Direção de Cooperação

XLVII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Díli, 14 e 15 de março de 2024

PROGRAMA

(GMT +9)

Dia 1 – 14 de março de 2024

- 08H30 **1. Visitas de monitorização a Atividades apoiadas pelo Fundo Especial**
(Atividades a definir em conjunto com o PFC de Timor-Leste)
- 12H00 *Pausa para Almoço*
- 13H30 **2. Abertura**
- 13H40 **3. Aprovação da Agenda de Trabalhos e do Programa**
- 13H45 **4. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP e de outros temas de cooperação**
4.1 Seguimento das deliberações da XLVI RPFC
4.2 Execução Financeira do Fundo Especial da CPLP (dezembro de 2023)
4.3 Relatório das Atividades do Quadro Bienal de Cooperação (QBC) 2023-2025
4.4 Apuramento de recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP
4.5 Apresentação do Relatório de Atividades da Direção de Cooperação de 2023 e do Plano de Atividades da Direção de Cooperação para 2024
- 14H45 **5. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação**
5.1 Novas Propostas de Atividade
5.1.1 Projeto Campanha “Juntos contra a Fome!” – Superar a Sobrevivência, Moçambique
5.2 Apresentação de propostas revistas conforme deliberações da XLVI RPFC
5.2.1 Meninos de rua: Inclusão e Inserção (5.ª fase)
5.2.2 C-Ciência: um programa estratégico de cooperação multilateral na CPLP para a educação e ciência
5.3 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC
- 16H00 **6. Apresentações pelos Secretariados Técnicos Permanentes das Reuniões Ministeriais Setoriais** (Ainda a identificar)
- 17H00 **Conclusão do 1º dia de trabalhos**

Dia 2 – 15 de março de 2024

- 08H30 **7. Enquadramento estratégico da cooperação da CPLP**
- 7.1 Informações sobre as visitas de monitorização a Atividades apoiadas pelo Fundo Especial
 - 7.2 Informações sobre o “Seminário sobre a Cooperação da CPLP” para os Pontos Focais Nacionais Setoriais
 - 7.3 Definição do Estado-Membro a monitorizar em 2025 (primeira RPF de 2025)
 - 7.4 Calendário e modelo das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP
 - 7.5 Revisão do Manual de Cooperação da CPLP
- 10H00 **8. Informações e outros assuntos**
- 8.1 Encontro da Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO na CPLP, Ilha do Fogo, Cabo Verde, 11 a 15 de março de 2024
 - 8.2 Proposta de Atividade revista “Brochuras da CPLP”
 - 8.3 Proposta de Atividade revista “Projeto de Educação em Situação de Emergência na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. BIE e CPLP, 2023-2024”
 - 8.4 Nova proposta de Atividade “Lusofonia em Timor-Leste” - Entidade executora: Diligente
 - 8.5 Nova proposta de Atividade “VIII Congresso de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, Manaus, Brasil, julho de 2025”
 - 8.6 Nova proposta de Atividade “Inventário de Arquitetura do Século XX nos Países e Territórios Lusófonos” - Entidade executora: Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALP)
 - 8.7 Nova Proposta de atividade na área do Género - ponto de situação (Portugal)
 - 8.8 Fundo de cooperação triangular Portugal-América Latina-África (Portugal) e I Convocatória para Projetos e Iniciativas de Cooperação Triangular entre a Ibero-américa e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Brasil)
 - 8.9 1ª Reunião sobre Preparação, Vigilância e Resposta às Emergências em Saúde Pública da CPLP (Brasil)
 - 8.10 II Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP (Brasil)
 - 8.11 Ponto de situação sobre a implementação do Plano de Trabalho da ESAN-CPLP 2023-2025, Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) - 2023-2027 e Plano de Ação de Ambiente da CPLP 2023-2025 (SECPLP)
 - 8.12 Exercício de identificação de prioridades de capacitação para o fortalecimento das capacidades dos Estados-Membros para a definição de precedências para a interação com parceiros externos, para a elaboração de projetos e para a coordenação e supervisão de programas de cooperação para o desenvolvimento (Brasil)
 - 8.13 Memorando de Entendimento entre o Mercosul e a CPLP (Brasil)
 - 8.14 Memorando de Entendimento entre o AISS e a CPLP (SECPLP)
- 11H00 *Pausa para Café*
- 11H30 **9. Preparação da Grelha de Deliberações**
- 12H00 **10. Aprovação da Grelha de Deliberações**
- 12h30 *Pausa para Almoço*
- 14h00 **11. Encerramento dos Trabalhos**

Grelha de deliberações da XLVII RPFC

Díli
14 e 15 de março de 2024

Ponto da Agenda	Deliberações
<p>4.4 Apuramento de recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP</p>	<p>A partir dos limites de consignação, foram apurados um total de 1.902,09€, relativos a 2022, e de 32.048,35€, relativos a 2023, a que se acrescem 762,49€, relativos a juros.</p> <p>A XLVII RPFC apurou um total de recursos livres disponíveis para alocação a novas atividades no valor de 34.712,93€.</p>
<p>5.2 Apresentação de propostas revistas conforme deliberações da XLVI RPFC, de agosto de 2023</p>	<p>Foram apreciadas pela XLVII RPFC as seguintes propostas de atividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nova proposta de atividade: Projeto Campanha “Juntos contra a Fome!” – Superar a Sobrevivência, Moçambique, e • Proposta de atividade revista: Meninos de rua: Inclusão e Inserção (5.ª fase). <p>A XLVII RPFC decidiu não deliberar sobre a atividade “C-Ciência: um programa estratégico de cooperação multilateral na CPLP para a educação e ciência” indicando que, tratando-se de uma atividade assinalada como de tipologia “Político-diplomática e/ou de promoção da Língua Portuguesa” e, como previsto no Regimento do Fundo Especial, deverá a mesma ser remetida para apreciação do Comité de Concertação Permanente (CCP).</p>
<p>5.3 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC</p>	<p>A XLVII RPFC deliberou sobre a inclusão no QBC das seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Campanha “Juntos contra a Fome!” – Superar a Sobrevivência, Moçambique <ul style="list-style-type: none"> ○ Decisão: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovação técnica e financeira; ▪ A atividade será financiada no valor de €34.780,00, por via dos montantes disponíveis no Fundo Especial, sob reserva de consignação de Portugal/Camões. • Meninos de rua: Inclusão e Inserção (5.ª fase)



	<ul style="list-style-type: none">○ Decisão:<ul style="list-style-type: none">▪ Aprovação técnica e financeira;▪ Brasil financiará a atividade, por via de execução direta dos montantes previstos na rubrica orçamental “2. Deslocações”, no valor máximo de €50.000,00;▪ Portugal financiará a atividade no valor máximo de €50.000,00, com origem nos montantes disponíveis no Fundo Especial, sob reserva de consignação de Portugal/Camões;▪ A entidade executora deverá rever o orçamento da atividade para se ajustar ao total de €100.000,00, apurados pela XLVII RPFC.
7.3 Definição do Estado-Membro a monitorizar em 2025 (primeira RPFC de 2025)	A XLVII RPFC entendeu adiar a decisão sobre a definição do Estado-Membro a monitorizar em 2025 para a XLVIII RPFC, a realizar em julho de 2024, em São Tomé.